



A

J

**DATA DA REUNIÃO:** VINTE E NOVE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO. -----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO, SITO NA PRAÇA 25 DE ABRIL, SANTO TIRSO. -----

**PRESIDIU:** O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO. -----

**PRESENCAS E FALTAS:** -----

**PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.** -----

-----  
**DRª MARIA DE ANUNCIAÇÃO PAIS NUNES MACHADO MONTEIRO, EM SUBSTITUIÇÃO DA VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO, OS TERMOS DO ARTIGO 78º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.** -----

**VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.** -----

-----  
**VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.** -----

**VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.** -----

**VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE** -----

-----  
**VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.** -----

**VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.** -----

-----  
**VEREADORA ENG.ª SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PRESENTE.** -----



**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** QUINZE HORAS E VINTE MINUTOS.-----  
**HORA DE ENCERRAMENTO:** QUINZE HORAS E CINQUENTA E CINCO MINUTOS. -----  
**SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO,** MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----  
**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA:** A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

a) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita uma declaração política, sobre cumprimento do Estatuto da Oposição, relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento, e outras afirmações feitas pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP na sua declaração de voto que proferiram sobre aqueles documentos, na reunião extraordinária da câmara municipal de vinte e um do corrente mês de novembro.-----

A referida declaração política fica junta à presente ata, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes dez folhas.-----

## DECLARAÇÃO POLÍTICA

(Vereadores do PS contestam afirmações falsas da oposição)

Na reunião extraordinária de Câmara de 21 de novembro, a propósito do sentido de voto manifestado em relação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019, os vereadores da oposição fizeram um conjunto de considerações que justificam uma tomada de posição por parte do executivo municipal de maioria PS. **Por serem falsas e por revelarem um confrangedor desconhecimento dos vereadores do PSD relativamente à atividade da Câmara Municipal e às orientações políticas estratégicas do Município a partir de finais de 2013.**

Na declaração de voto referente às GOP'19, os vereadores do PSD dizem, "ipsis verbis":

*"Importa antes da apresentação daquela que é a nossa visão acerca do orçamento para 2019 apresentada pela Câmara Municipal lamentar, mais uma vez, o comportamento do senhor presidente de Câmara relativamente ao incumprimento do Estatuto da Oposição quanto à ausência de convocatória ao PSD para apresentar as suas propostas das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019".*

**Nada mais falso.** A Câmara Municipal remeteu, a 13 de setembro, um ofício por correio eletrónico e por carta registada, com aviso de receção, a convocar os representantes do PSD para uma reunião a realizar dia 26 de setembro com o objetivo de serem ouvidos a propósito da elaboração das GOP'19 (*vide* documentos em anexo).

No dia proposto para a realização da reunião na Câmara Municipal, nenhum representante do PSD compareceu.

Os vereadores da oposição faltam à verdade quando acusam a Câmara Municipal de não cumprir o Estatuto da Oposição.

É, por isso, de mau gosto quando afirmam que "este comportamento, aliás constante, é próprio de quem gere o Município como se da sua quinta se tratasse". Aliás, os vereadores da oposição sabem, nomeadamente a principal vereadora na oposição, que em anos anteriores o PSD esteve presente em reuniões convocadas pela Câmara Municipal em cumprimento do Estatuto da Oposição.

Foi, aliás, este executivo municipal de maioria PS quem, pela primeira vez, passou a respeitar o Estatuto da Oposição, ouvindo todos os partidos e movimentos independentes com acento na Assembleia Municipal, à semelhança do que sucedeu em relação às GOP'19.

Os vereadores do PS também não podiam deixar passar em claro aquilo que consideram ser um confrangedor desconhecimento dos vereadores da oposição relativamente a alguns dossiês e medidas políticas tomadas pela Câmara Municipal.

Dizem os vereadores da oposição:

*"Santo Tirso não pode gerar tanta desigualdade de oportunidades entre quem vive na cidade e arredores e quem vive nas freguesias mais distantes".*

E mais adiante acrescentam:

*"A chamada 'revolução' urbanística, ambiental e da rede viária municipal posta em prática pelo atual executivo municipal prevê obras e projetos a serem lançados e executados a partir de 2019 muito centrados na cidade, esquecendo as freguesias do concelho".*

**Ora, o executivo municipal de maioria PS refuta em absoluto as afirmações dos vereadores do PSD.**

Senão, vejamos:

- Na conferência de Imprensa que assinalou o primeiro ano de mandato, realizada na freguesia de Água Longa, a Câmara Municipal anunciou duas grandes obras a lançar no ano de 2019 nas freguesias mais distantes, no valor global de três milhões de euros:
  - Requalificação da EM 308, em Água Longa
  - Requalificação da ligação entre a Reguenga e a Seroa
- Para o ano de 2019, a Câmara Municipal vai transferir para as freguesias 1,6 milhões de euros em protocolos, acordos e delegação de competências, contra os 1,1 milhões de euros do Estado. Ou seja, a Câmara Municipal transfere para as freguesias uma vez e meia aquilo que o Estado lhes transfere
- Como deveria ser do conhecimento dos vereadores do PSD, está neste momento em curso e previsto arrancar em 2019 um conjunto de obras e projetos nas freguesias.
  - Apenas alguns exemplos:

## PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

5

- Construção do novo acesso ao centro de S. Tomé de Negrelos;
- Reabilitação da estação de caminhos de ferro de Vila das Aves;
- Construção de uma nova ponte sobre o rio Vizela, para ligar Vila Nova do Campo à estação de caminhos de ferro de Lordelo, em Guimarães;
- Requalificação do Parque Pinto Leite;
- Conclusão do projeto de requalificação da área envolvente ao Instituto Nun'Alvres;
- Requalificação da ligação entre S. Tomé de Negrelos e Rebordões;
- Criação de uma ligação pedonal e ciclável entre Sequeirô e o Parque Urbano Sara Moreira;
- Requalificação da EM513, na freguesia de Vilarinho (II fase);
- Ampliação e requalificação da Escola Básica da Laje, na freguesia de Vilarinho;
- Requalificação do Parque do Rosal, na freguesia de Rebordões;
- Requalificação da Rua José Narciso Martins da Costa, na freguesia de Vila Nova do Campo;
- Beneficiação dos Complexos Habitacionais de S. Martinho do Campo, Sequeirô e Ringe;
- Criação do Parque Silvestre do Verdeal, nas freguesias de Vila das Aves e S. Tomé de Negrelos;
- Conclusão da requalificação da Escola Básica do Ave, na freguesia de Vila das Aves;
- Plano de requalificação de ruas em terra.

**Por ignorância ou por chicana política**, os vereadores do PSD afirmam que “apostariam nas acessibilidades internas e na rede de transportes”, quando, na verdade, a Câmara Municipal tem vindo a fazer um esforço no sentido de melhorar as acessibilidades e a rede de transportes.

Como é do conhecimento público, em 2019 entrará em vigor o passe social e único da Área Metropolitana do Porto, com um impacto direto no orçamento das famílias, que, com um custo mensal de 40 euros, poderão viajar em todos os 17 Municípios metropolitanos quantas vezes forem necessárias.

Mais: nos casos das populações dos Municípios de Santo Tirso, Famalicão e Trofa, estas poderão ainda beneficiar do mesmo tipo de benefícios, através do passe único previsto no plano de

exploração e gestão da rede intermunicipal de transportes públicos em fase de desenvolvimento entre os três Municípios.

Para os vereadores do PSD, “é prioritária uma Carta Desportiva do Concelho”. Para a Câmara Municipal, também o é. Tanto assim é que foi anunciada no anterior mandato a necessidade de atualizar a Carta Desportiva em vigor. E tanto assim é que a nova Carta Desportiva já está pronta.

“Fundamental”, dizem ainda os vereadores do PSD, “é apostar na ‘mancha verde’ – reflorestação e criação de zonas verdes”. **O populismo não tem limites.** A Câmara Municipal está, neste momento, a executar a requalificação do Parque Urbano de Geão, num investimento de 1,8 milhões de euros, estando já prevista uma segunda fase, para dotar o Município de mais um verdadeiro “pulmão” verde.

Paralelamente, já em 2019, deve arrancar a segunda fase do Parque do Ribeiro do Matadouro, bem como a criação do Parque do Verdeal, nas freguesias de Vila das Aves e S. Tomé de Negrelos.

No total, **são mais 155 mil metros quadrados de espaços verdes, o que coloca Santo Tirso como um dos Municípios da Área Metropolitana do Porto com mais espaços verdes por habitante.**

Se alguém lesse a declaração de voto dos vereadores do PSD e não fosse de Santo Tirso, ficaria com a sensação de que quase nada foi feito pela Câmara Municipal em matéria de Educação, juventude e rede pública de água e saneamento.

**Nada mais falso também.**

Se há setor de atividade da Câmara Municipal que tem justificado uma forte aposta é a da **Educação.**

Para os mais distraídos, a Câmara Municipal acabou de anunciar que já fez, desde o início do primeiro mandato, um investimento de cinco milhões de euros só na requalificação do parque escolar.



**Ainda sob o ponto de vista da educação/formação**, Santo Tirso conseguiu ter, pela primeira vez, um curso técnico superior ministrado pelo maior instituto politécnico do País. A experiência correu tão bem que, no ano letivo 2018-2019, Santo Tirso recebeu não um mas dois cursos técnicos superiores. E a expectativa é a de que a oferta formativa de nível superior técnico possa ainda aumentar no futuro.

**Já no que diz respeito à Juventude**, foi o atual executivo municipal quem lançou, pela primeira vez, o Orçamento Participativo Jovem, que já vai na segunda geração. Vai também ser este executivo municipal quem vai executar a Casa da Juventude, em 2019, no Parque do Ribeiro do Matadouro.

Para fixar os jovens, e cumprindo um compromisso assumido na campanha eleitoral, o executivo municipal vai alargar o Subsídio Municipal ao Arrendamento aos jovens, que vão ter uma majoração de 20% nos apoios atribuídos pela Câmara Municipal.

Por fim, **no que toca à rede pública de água e saneamento**, importa chamar a atenção dos vereadores do PSD que a Câmara Municipal já reduziu em 15% a fatura variável da água, a partir de 2017.

**Mas fez mais.** No primeiro mandato, foi feito um investimento de quatro milhões de euros na ampliação da rede pública de saneamento, construindo mais 50 quilómetros de ligações e 1232 ramais. Já no segundo mandato, estão a ser investidos mais 5,1 milhões de euros, para construir mais 63 quilómetros de rede. No total, são 9,1 milhões de investimento na rede pública de saneamento.

No setor da água, apesar de todos os obstáculos, nomeadamente as sucessivas reestruturações a partir de 2013 e mudança de Governos, o Município tem desenvolvido um conjunto de “démarches” no sentido de levar a água pública ao Vale do Leça.

E, finalmente, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos deu “luz verde” à integração da zona do Vale do Leça na parceria gerida pela Águas do Norte, o que vai permitir fazer, numa primeira fase, um investimento de 3,5 milhões de euros para levar, pela primeira vez, a água da rede pública às freguesias daquela zona do Município.

Definitivamente, os vereadores do PSD também andam distraídos em relação ao trabalho que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver em matéria de criação de melhores condições para as empresas sediadas no Município e atração de investimento privado.

Ao contrário do que afirmam os vereadores do PSD, não é operação de cosmética o número de novas empresas que se instalaram em Santo Tirso nos últimos cinco anos. Foram mais de mil as novas empresas que escolheram o nosso Município para desenvolver a sua atividade, algumas das quais vindas de Municípios vizinhos.

Melhorar as condições de trabalho das empresas é também melhorar as acessibilidades. Uma vez mais, os vereadores do PSD são traídos pelo desconhecimento, porque não é verdade que nada tenha sido feito para mudar o acesso à Zona Empresarial do Alto da Cruz, objeto de uma candidatura apresentada a fundos comunitários no valor de 1,8 milhões de euros.

A ignorância dos vereadores do PSD é de tal ordem que já não espantará se, entretanto, vierem dizer que nada foi feito na Zona Empresarial da Ermida, que, para além de ir receber um investimento de cerca de 70 milhões de euros por parte do LIDL, tem já instalado um conjunto de novas empresas com investimentos avaliados em dezenas de milhões de euros.

Os vereadores do PSD parecem sofrer de miopia política quando afirmam que, “sem investimento e sem novos postos de trabalho, Santo Tirso não pode crescer”. Pois bem: nos últimos cinco anos, foram criados mais de três mil e quinhentos novos postos de trabalho em Santo Tirso, nos mais diversos setores de atividade, razão pela qual a taxa de desemprego baixou 52%.

Para finalizar, os vereadores do PS fazem suas as palavras dos vereadores do PSD expressas na declaração de voto sobre as GOP'19:

*“É tempo de se deixar de criticar tudo e todos e de se dizer mal por dizer”.*

Só falta mesmo aos vereadores da oposição passarem das palavras aos atos.

**Os eleitos pelo Partido Socialista**

**Santo Tirso, 29 de novembro de 2018**



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL



REMETENTE / RETOUR  
01-1004247



RF 3734 8394 8 PT



Exmo. Senhor  
PRESIDENTE DA COMISSÃO  
POLÍTICA CANCELHIA DO PSD  
Largo Coronel Baptista Coelho, 21  
4780-370 Santo Tirso

Praga  
4780-373 S  
Tel: +351 252  
Fax: +351 252  
www.ctm-stirso.pt  
gap@cm-stirso.pt

2018-09-25  
SANTO TIRSO  
Objeto não reclamado / Non Reclame

AR CN 07 AR CN 07 AR

**A preencher pelo Remetente**  
A remplir par l'expéditeur

**A completar no destino**  
A compléter à destination

<b>Loja de depósito - Bureau de dépôt</b>	<b>Data - Date</b>
<b>Destinatário (Nome e Morada) - Destinataire de l'envoi</b> PSD Largo Coronel Baptista Coelho, 21 4780-370 Santo Tirso	
<b>Tipo de Objeto - Nature de l'envoi</b> <input type="checkbox"/> Registrado - Recommandé <input type="checkbox"/> Encomenda - Colis <input type="checkbox"/> Entrega ao Proprio ou Mão Propria <input type="checkbox"/> Prova de Entrega <input type="checkbox"/> Livrason attestée	<b>Valor Declarado - Valeur Déclarée</b> <input type="checkbox"/> Importância - Montant <b>Contra Reembolso - Remboursement</b> <input type="checkbox"/> Importância - Montant <b>Vale de Correio - Montant de Poste</b> <input type="checkbox"/> Importância - Montant
<b>Este AVISO foi assinado</b> Cel. AVIS o été signé	
<b>Identificação de quem recebeu o objeto - Identification de la personne qui a reçu l'envoi</b> <input type="checkbox"/> Pelo Destinatário <input type="checkbox"/> Por pessoa a quem foi entregue Por la personne a qui il été livré	
<b>Bi ou outro documento oficial</b> Carte d'identité ou autre document officiel	
<b>Nome legível - Nom lisible</b>	
<b>Data e assinatura - Date et signature</b>	



CTT - Correios de Portugal, S.A.  
Sociedade Aberta

Reservado à colagem da Etiqueta Código de Barras - Numéro

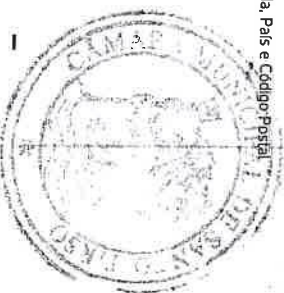


RF 3734 8394 8 PT

**Aviso de Receção - de entrega**  
Avis de Reception - de livraison  
A.R.  
Marca do dia da Loja CTT  
que devolve o aviso  
Timbre du Bureau  
renvoyant l'avis

Prioritaire - Par avion

Devolver a - Renvoyer à  
Nome - Morada, País e Código Postal



GAP

ALCANTARA



**AVISADO**

Não entregue no Domicílio por

Hora

12:10

Data

14-9-2019

Ciclo

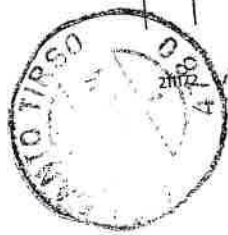
10

O Carteiro

12

- ☒ Não Atendeu
- ☐ Encerrado

AVISADO  
na Loja CTT de



Ne rien inscrire ci-dessous • Não escrever neste espaço • Ne rien inscrire ci-dessous • Não escrever neste espaço • Ne rien inscrire ci-dessous • Não escrever neste espaço • Ne rien inscrire ci-dessous • Não escrever neste espaço



Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
santotirso@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

11

Exmo. Senhor  
PRESIDENTE DA COMISSÃO  
POLÍTICA CONCELHIA DO PSD  
Largo Coronel Baptista Coelho, 21  
4780-370 Santo Tirso

Sua Referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência

2018,GAP,S,S,10538 13-09-2018

Assunto

**Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019**

Em cumprimento do disposto no Estatuto da Oposição, aprovado pela Lei 24/98, de 26 de maio, venho pelo presente convocar V. Exa., enquanto representante concelhio do Partido Social Democrata, para uma reunião a realizar nesta Câmara Municipal, no próximo dia 26 de setembro, pelas 14h00, a fim de serem ouvidos sobre a proposta dos documentos acima referidos.

Com os melhores cumprimentos,

O presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso.

Joaquim Couto

*Documento assinado de forma digital com cartão do cidadão*



AR  
SD/SA  
2018/09/11  
M.012GR

GAP

12

**De:** GAP  
**Enviado:** 13 de setembro de 2018 12:10  
**Para:** gabinetecomunicacaopsdst@gmail.com  
**Assunto:** Convocatória | Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019  
**Anexos:** Oficio\_PSD\_Grandes opções do plano e orçamento para 2019.pdf

<b>Controlo:</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Entrega</b>	<b>Lida</b>
	gabinete comunicacaopsdst@gmail.com		
	Sofia andrade	Entregue: 13/09/2018 12:10	
	Isabel Sofia Andrade		Lida: 13/09/2018 14:56

Exmo. Senhor,  
Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD.

Incumbe-nos o presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Dr. Joaquim Couto, de enviar para V/Exa. o ofício em anexo com o assunto "Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019".

Com os Melhores cumprimentos,



**Gabinete de Apoio à Presidência**

Praça 25 de abril | 4780-373 Santo Tirso  
Tel.: +351 252 830 400 | Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt | www.cm-stirso.pt  
Proteção Civil: Linha Azul 808 201 056



**DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS  
PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE  
ATA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA. -----**



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax +351 252 856 534  
santotirso@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

14

## REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018 – ATA Nº 23

### ORDEM DO DIA

- 1 - Aprovação da ata da última reunião ordinária de 15/11/2018
- 2 - Aprovação da ata da reunião extraordinária de 21/11/2018
- 3 - Parecer da câmara municipal sobre as escalas de turnos das farmácias do concelho de Santo Tirso para o ano 2019 - Ratificação de despacho do presidente da câmara
- 4 - Proposta de 2ª alteração do Plano de Pormenor da Quinta de Geão
- 5 - Proposta reformulada de 2ª alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM): Aprovação para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 86º do DL 80/2015, de 14/05
- 6 – Expropriação de parcela de terreno destinada à execução da obra "Ligação de arruamento da Comunidade Cigana à Travessa do Arquinho" - Resolução de expropriar (parcela 3)
- 7 - Proposta de Regulamento de funcionamento do Centro de Recolha Oficial (Canil/Gatil) Municipal de Santo Tirso: Aprovação
- 8 - Proposta de 1ª Alteração ao Protocolo celebrado entre o Município de Santo Tirso e a Junta de Freguesia de Vila das Aves, tendo por objeto a cedência do direito de utilização de prédio urbano do município (extinta Escola de Cense)
- 9 - Requerimento da Comissão de Festas de Santo André - Vila das Aves - Pedido de subsídio
- 10 - Proposta de Alteração do contrato-programa de desenvolvimento desportivo celebrado com o Futebol Clube de Vilarinho
- 11 - Requerimento da sociedade Rota Própria - Hotelaria e Imobiliária, Lda - Pedido de Declaração de isenção do pagamento da taxa municipal de urbanização – processo 37/18-LLOT

Santo Tirso, 26 de novembro de 2018

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto



**1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 15/11/2018**

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia quinze do corrente mês de novembro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis. -----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata. -----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----

Não participaram na discussão e votação da ata da reunião acima referida as senhoras vereadoras Engª Silvia Manuela da Costa Ferreira Tavares e Dra. Maria de Anunciação Pais Nunes Machado Monteiro, em virtude de não terem estado presentes na respetiva reunião.-----

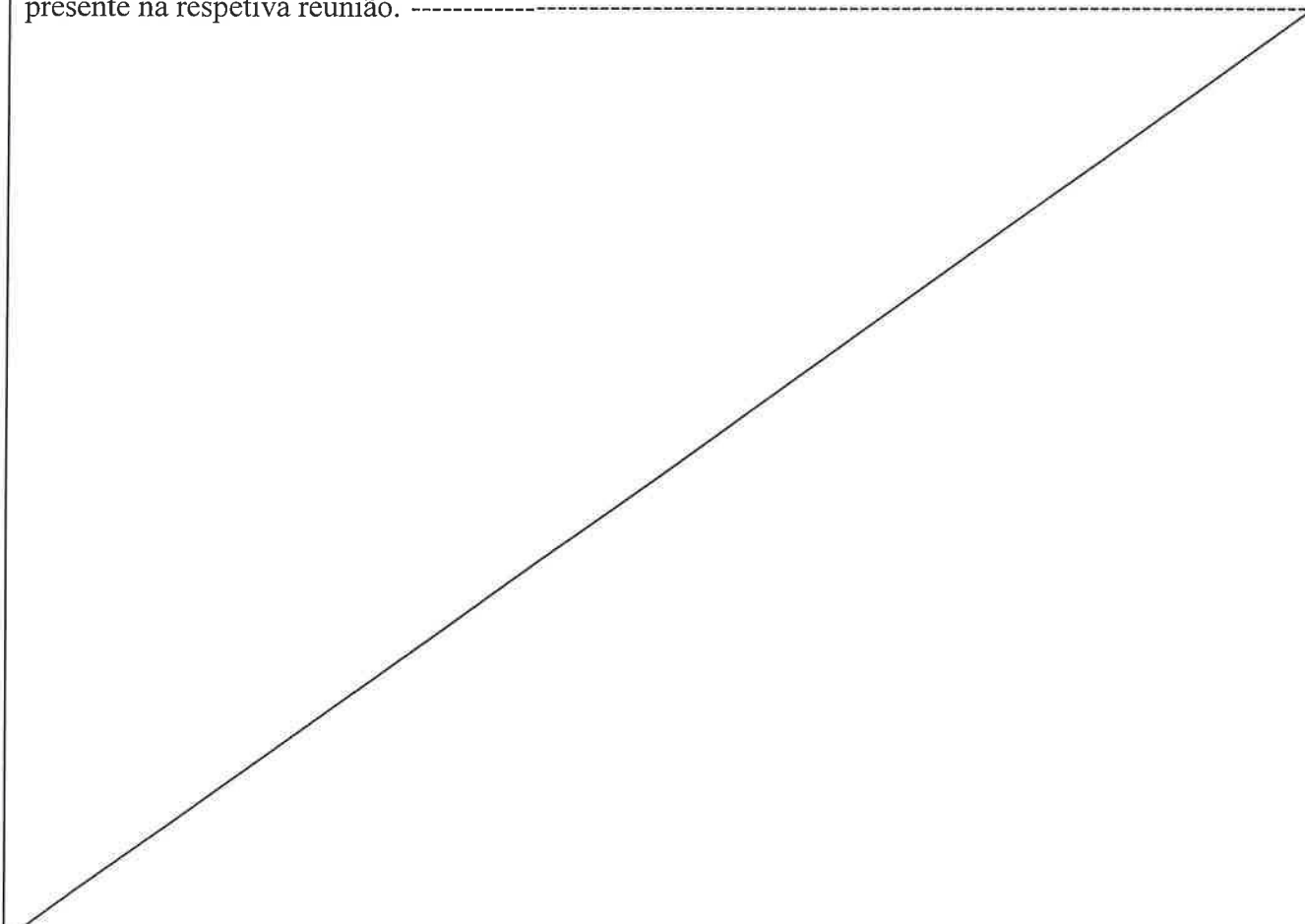
**2. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO  
DIA 21/11/2018.**-----

Presente a ata da reunião extraordinária realizada no dia vinte e um do corrente mês de novembro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis. -----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata. -----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----

Não participou na discussão e votação da ata da reunião acima referida a senhora vereadora Dra. Maria de Anunciação Pais Nunes Machado Monteiro, em virtude de não ter estado presente na respetiva reunião. -----



**3. PARECER DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE AS ESCALAS DE TURNOS DAS FARMÁCIAS DO CONCELHO DE SANTO TIRSO PARA O ANO DE 2019 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA. -----**

Presente comunicação da Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., enviada por e-mail de oito do corrente mês de novembro, registado com o número trinta e dois mil oitocentos e vinte e quatro, a remeter a escala de turnos das farmácias do concelho de Santo Tirso para o ano de dois mil e dezanove e a solicitar o parecer da câmara municipal de Santo Tirso, relativamente à referida escala de turnos de serviços das farmácias deste concelho, conforme estipulado no n.º 2 do artigo 3º da Portaria 277/2012, de 12 de setembro.-----

Os regimes propostos são os seguintes:-----

**1. Regime de turnos de serviço permanente-----**

- Farmácia Central – Santo Tirso; -----

- Farmácia Fernandes Machado – Santo Tirso; -----

- Farmácia Salutar – Santo Tirso; -----

- Farmácia Faria – Santo Tirso; -----

- Farmácia Vilalva – Santo Tirso; -----

**2. Regime de turnos de disponibilidade (alternado)-----**

- Farmácia das Fontainhas – Vila das Aves; -----

- Farmácia Coutinho – Vila das Aves. -----

As farmácias de turno de serviço permanente mantêm-se em funcionamento, ininterruptamente, desde a hora de abertura até à hora de encerramento do dia seguinte.-----

As farmácias de turno de regime de disponibilidade têm de assegurar que um farmacêutico ou um auxiliar legalmente habilitado esteja disponível para atender o público que o solicite, em caso de urgência.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de

dezasseis do corrente mês de novembro, que deu parecer favorável à escala de turnos de serviço das farmácias do concelho de Santo Tirso, nos termos propostos pela Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., com exceção do se refere à farmácia de turno prevista para o dia 10 de julho de 2019 (Farmácia Central) que se propõe que troque com a farmácia de turno prevista para o dia 14 do mesmo mês de julho (Farmácia Vilalva), por razões de interesse público, conforme melhor se refere na informação que fundamenta aquele despacho, da qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes duas folhas. -----

Para melhor divulgação, junta-se também à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as folhas dezassete a vinte e uma da mesma a escala de turnos das farmácias do concelho de Santo Tirso enviada pela Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., para o ano de 2019. -----

A câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido despacho. -----

  
**SANTO TIRSO**  
 CÂMARA MUNICIPAL  
 Praça 25 de Abril  
 4780-373 SANTO TIRSO  
 Tel. +351 252 830 400  
 Fax +351 252 856 534  
 santotirso@cm-stirso.pt  
 www.cm-stirso.pt

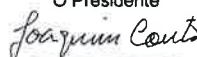
**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**  
**DIVISÃO JÚRIDICA**

Processo n.º

Requerimento n.º  
32824/18Informação n.º  
12772/18

Assunto Solicita parecer sobre as escalas de turnos das farmácias para o ano 2019 - até dia 17/11.

16-11-2018

O Presidente  
  
 Dr. Joaquim Couto

**DESPACHO PRESIDENTE**

Decido, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, emitir parecer favorável à escala de turnos das farmácias do concelho de Santo Tirso para o ano de 2019, nos termos propostos pela Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., à exceção do turno de serviço permanente previsto para o dia 10 de julho de 2019, cuja proposta de alteração se remete para o ponto 9 da presente informação.

Comunique-se o teor do presente despacho à Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.

Remeta-se o presente despacho à próxima reunião de câmara para ratificação.

14-11-2018

A Chefe de Divisão

  
 Adriana Magalhães

**INFORMAÇÃO SUPERIOR**

Concordo.

O parecer do presidente sa câmara deve ser remetido à primeira reunião de câmara que se realizar após a sua prática.

**INFORMAÇÃO**

14-11-2018

A Técnica Superior

  
 Sónia Couto

1- A Administração Regional de Saúde do Norte (ARS Norte) vem, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2012, de 12 de setembro, remeter as escalas dos turnos das farmácias deste concelho para 2019, para apreciação e emissão de parecer.

2- A referida Portaria define o horário padrão de funcionamento das farmácias de oficina, regula o procedimento de aprovação e a duração, execução, divulgação e fiscalização das escalas de turno pela dispensa de medicamentos não prescritos em receita médica do próprio dia ou do dia anterior.

3- A proposta apresentada pela ARS Norte contempla:

- a) O regime de serviço permanente para as farmácias da cidade de Santo Tirso;
- b) O regime de disponibilidade (alternado) para as farmácias da freguesia de Vila das Aves (Fontainhas e Coutinho).

4- A farmácia de turno de serviço permanente mantém-se em funcionamento, ininterruptamente, desde a hora de abertura até à hora de encerramento do dia seguinte (artigo 8.º do DL n.º 53/2007).

5- A farmácia de turno de regime de disponibilidade tem de assegurar que um farmacêutico ou um auxiliar legalmente habilitado está disponível para atender o público que o solicite, em caso de urgência. (Artigo 10.º do DL 53/2007).

6- O parecer da câmara sobre as escalas de turnos de farmácias é obrigatório e não vinculativo, de acordo com as disposições conjugadas do artigo 91.º do Código do Procedimento Administrativo e o n.º 3 do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2012, de 12 de setembro.

8- Considerando que há sempre uma farmácia de turno de serviço permanente (na cidade de Santo Tirso) e uma farmácia de turno de regime de disponibilidade (na freguesia de Vila das Aves), julgo que estão cumpridos os requisitos legais previstos na al. a) do n.º 1 do artigo 11 do DL 53/2007, de 8 de março, na redação atual.

9- Atendendo a que a proposta de escalas de turnos para 2019 é igual à do ano anterior, e que a mesma assegura o permanente e efetivo acesso dos cidadãos ao medicamento em situações de urgência, e que são respeitados os critérios legais, julga-se de emitir parecer favorável, à exceção do dia 10 de julho de 2019, véspera do feriado municipal, cuja farmácia disponível é a Farmácia Central e que, em virtude das festas S. Bento, o acesso ao medicamento será mais difícil, dado que o trânsito no arruamento onde se encontra instalada a referida farmácia à partida será proibido, sugerindo-se que a farmácia com turno de serviço permanente no dia 14 de julho de 2019 (Farmácia Vilalva) troque com a farmácia com turno de serviço permanente previsto para o dia 10 de julho de 2019, por motivos de interesse público.

10- Nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da Portaria 277/2012, o parecer deve ser emitido até ao dia 30 de outubro.

11- No entanto, a proposta de turnos foi remetida a esta câmara municipal no dia 8 de novembro e à Divisão Jurídica no dia 13 de novembro, tendo a ARS Norte solicitado a emissão e envio do respetivo parecer até ao dia 17 de novembro do corrente ano.

12- Considerando que a próxima reunião de câmara está agendada para o dia 15 de novembro, e que, nesta data, não é possível agendar o assunto para ser presente a reunião, sugere-se que o senhor presidente da câmara municipal emita parecer favorável para a escala de turnos das farmácias do concelho de Santo Tirso para o ano de 2019, nos termos propostos pela ARS Norte, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à exceção do turno previsto para o dia 10 de julho de 2019,

13- O parecer que vier a ser emitido deverá ser comunicado, por via eletrónica, à ARS Norte, conforme dispõe o n.º 5 do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2012.



ESCALA DE TURNOS DE SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO



Decreto-Lei n.º 53/2007, de 8 de Março  
(na redacção actual)  
N.º 1 ART.º 11º

SERVIÇO PERMANENTE

As Farmácias com letra minúscula estão de Disponibilidade.

2019	JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO						
	06	13	20	27				03	10	17	24				03	10	17	24	31		
DOM	A a	C b	E a	B b				D a	A b	C a	E b				B a	D b	A a	C b	E a		
SEG	07	14	21	28				04	11	18	25				04	11	18	25			
	B a	D b	A a	C b				E a	B b	D a	A b				C a	E b	B a	D b			
TER	08	15	22	29				05	12	19	26				05	12	19	26			
	A b	E b	B a	D b				A a	C b	E a	B b				D a	A b	C a	E b			
QUA	09	16	23	30				06	13	20	27				06	13	20	27			
	B b	A b	C a	E b				B a	D b	A a	C b				E a	B b	D a	A b			
QUI	10	17	24	31				07	14	21	28				07	14	21	28			
	C b	B b	D a	A b				C a	E b	B a	D b				A a	C b	E a	B b			
SEX	11	18	25					08	15	22					08	15	22	29			
	D b	C b	E a					D a	A b	C a					E b	D b	A a	C b			
SAB	12	19	26					09	16	23					09	16	23	30			
	E b	D b	A a					E a	B b	D a					A b	E b	B a	D b			

FERIADOS OBRIGATORIOS E FACULTATIVOS

1 de janeiro	5 de março	19 de abril	21 de abril	25 de abril	1 de maio
10 de junho	20 de junho	15 de agosto	5 de outubro	1 de novembro	1 de dezembro
8 de dezembro	25 de dezembro				
OS MUNICIPAIS E 3ª FEIRA DE CARNAVAL PARA O PESSOAL TÉCNICO ABRANGIDO PELO C.C.T.					

# ESCALA DE TURNOS DE SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE SANTO TIRESO



Distrito de **PORTO**

Decreto-Lei n.º 53/2007, de 8 de Março  
(na redacção actual)

N.º 1 ART.º 11º

## SERVIÇO PERMANENTE

As Farmácias com letra minúscula estão de Disponibilidade.

2019	ABRIL							MAIO							JUNHO						
	07	14	21	28	05	12	19	26	02	09	16	23	30	06	13	20	27	04	11	18	25
<b>DOM</b>	B b	D a	A b	C a	E b	B a	D b	A a	C b	E a	B b	D a	A b								
<b>SEG</b>	01	08	15	22	06	13	20	27	03	10	17	24	E a								
	A a	C b	E a	B b	A b	C a	E b	B a	D b	A a	C b	E a									
<b>TER</b>	02	09	16	23	07	14	21	28	04	11	18	25	A a								
	B a	D b	A a	C b	B b	D a	A b	C a	E b	B a	D b	A a									
<b>QUA</b>	03	10	17	24	08	15	22	29	05	12	19	26	B a								
	C a	E b	B a	D b	C b	E a	B b	D a	A b	C a	E b	B a									
<b>QUI</b>	04	11	18	25	09	16	23	30	06	13	20	27	C a								
	D a	A b	C a	E b	D b	A a	C b	E a	B b	D a	A b	C a									
<b>SEX</b>	05	12	19	26	10	17	24	31	07	14	21	28	D a								
	E a	B b	D a	A b	E b	B a	D b	A a	C b	E a	B b	D a									
<b>SAB</b>	06	13	20	27	11	18	25		08	15	22	29	E a								
	A a	C b	E a	B b	A b	C a	E b		B a	A a	C b	E a									

## FERIADOS OBRIGATORIOS E FACULTATIVOS

1 de janeiro	5 de março	19 de abril	25 de abril	1 de maio
10 de junho	20 de junho	15 de agosto	1 de novembro	1 de dezembro
8 de dezembro	25 de dezembro	5 de outubro		

OS MUNICIPAIS E 3ª FEIRA DE CARNAVAL PARA O PESSOAL TÉCNICO ABRANGIDO PELO C.C.T.

ESCALA DE TURNOS DE SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO



Distrito de **PORTO**

Decreto-Lei n.º 53/2007, de 8 de Março  
(na redacção actual)

N.º 1 ART.º 11º

**SERVIÇO PERMANENTE**

As Farmácias com letra minúscula estão de Disponibilidade.

2019	JULHO							AGOSTO							SETEMBRO						
	07	14	21	28				04	11	18	25			01	08	15	22	29			
DOM		C a	E b	B a	D b			A a	C b	E a	B b			D a	A b	C a	E b	B a			
SEG	01	08	15	22	29			05	12	19	26			02	09	16	23	30			
	B b	D a	A b	C a	E b			B a	D b	A a	C b			E a	B b	D a	A b	C a			
TER	02	09	16	23	30			06	13	20	27			03	10	17	24				
	C b	E a	B b	D a	A b			C a	E b	B a	D b			A a	C b	E a	B b				
QUA	03	10	17	24	31			07	14	21	28			04	11	18	25				
	D b	A a	C b	E a	B b			D a	A b	C a	E b			B a	D b	A a	C b				
QUI	04	11	18	25				08	15	22	29			05	12	19	26				
	E b	B a	D b	A a				E a	B b	D a	A b			C a	E b	B a	D b				
SEX	05	12	19	26				09	16	23	30			06	13	20	27				
	A b	C a	E b	B a				A a	C b	E a	B b			D a	A b	C a	E b				
SAB	06	13	20	27				10	17	24	31			07	14	21	28				
	B b	D a	A b	C a				B a	D b	A a	C b			E a	B b	D a	A b				

**FERIADOS OBRIGATORIOS E FACULTATIVOS**

1 de janeiro	5 de março	19 de abril	21 de abril	25 de abril	1 de maio
10 de junho	20 de junho	15 de agosto	5 de outubro	1 de novembro	1 de dezembro
8 de dezembro	25 de dezembro				
OS MUNICIPAIS E 3ª FEIRA DE CARNAVAL PARA O PESSOAL TÉCNICO ABRANGIDO PELO C.C.T.					

ESCALA DE TURNOS DE SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO



Decreto-Lei n.º 53/2007, de 8 de Março  
(na redacção actual)  
N.º 1 ART.º 11º

Serviço Permanente

As Farmácias com letra minúscula estão de Disponibilidade.

2019	OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO						
	06	13	20	27		03	10	17	24		01	08	15	22	29		05	12	19	26	
DOM																					
SEG																					
TER																					
QUA																					
QUI																					
SEX																					
SAB																					

FERIADOS OBRIGATORIOS E FACULTATIVOS

1 de janeiro	5 de março	19 de abril	21 de abril	25 de abril	1 de maio
10 de junho	20 de junho	15 de agosto	5 de outubro	1 de novembro	1 de dezembro
8 de dezembro	25 de dezembro				

OS MUNICIPAIS E 3ª FEIRA DE CARNAVAL PARA O PESSOAL TÉCNICO ABRANGIDO PELO C.C.T.

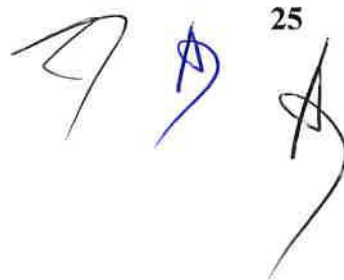
**LEGENDA DAS FARMÁCIAS DE SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO**

**Distrito de PORTO**

Data de emissão: 24.09.2018

<b>A</b>	<b>CENTRAL - SANTO TIRSO</b>	Permanente
<b>B</b>	<b>FERNANDES MACHADO - SANTO</b>	Permanente
<b>C</b>	<b>SALUTAR - SANTO TIRSO</b>	Permanente
<b>D</b>	<b>FARIA - SANTO TIRSO</b>	Permanente
<b>E</b>	<b>VILALVA - SANTO TIRSO</b>	Permanente
<b>a</b>	<b>DAS FONTAINHAS - VILA DAS AV</b>	Disponibilidade
<b>b</b>	<b>COUTINHO - VILA DAS AVES</b>	Disponibilidade

25





#### 4. PROPOSTA DE 2ª ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DE GEÃO – SUBMISSÃO A DISCUSSÃO PÚBLICA. -----

Presente informação de oito do corrente mês de novembro, da Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica, registada com o número doze mil quatrocentos e quarenta e oito, a remeter, na sequência da deliberação da câmara municipal de vinte e quatro de maio último (item sete da respetiva ata), a proposta de 2ª alteração do Plano de Pormenor da Quinta de Geão, quem vem instruída com o parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, rececionado no dia seis de setembro último (documento registado no sistema de gestão documental com o número vinte e quatro mil setecentos e noventa e dois, e que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais), que é favorável à proposta de alteração, condicionando apenas a sua aprovação a uma melhor fundamentação da não sujeição da alteração a avaliação ambiental.-----

A fundamentação referida pela CCDRN não implica qualquer alteração dos elementos gráficos, estando vertida no ponto 3 do respetivo Relatório.-----

A proposta de 2ª alteração do Plano de Pormenor da Quinta de Geão é integrada pelos seguintes elementos: -----

- Relatório; -----
- Planta de síntese da 2ª alteração do PPQG;-----
- Planta com a identificação da área a alterar; -----
- Extratos das Plantas de Ordenamento, Condicionantes e Condicionantes-Riscos do Plano Diretor Municipal. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a referida proposta de 2ª alteração do Plano de Pormenor da Quinta de Geão e submeter a mesma a discussão pública, pelo período de 20 dias, nos termos previstos nos números 1 e 2 do artigo 89º do Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio. -----



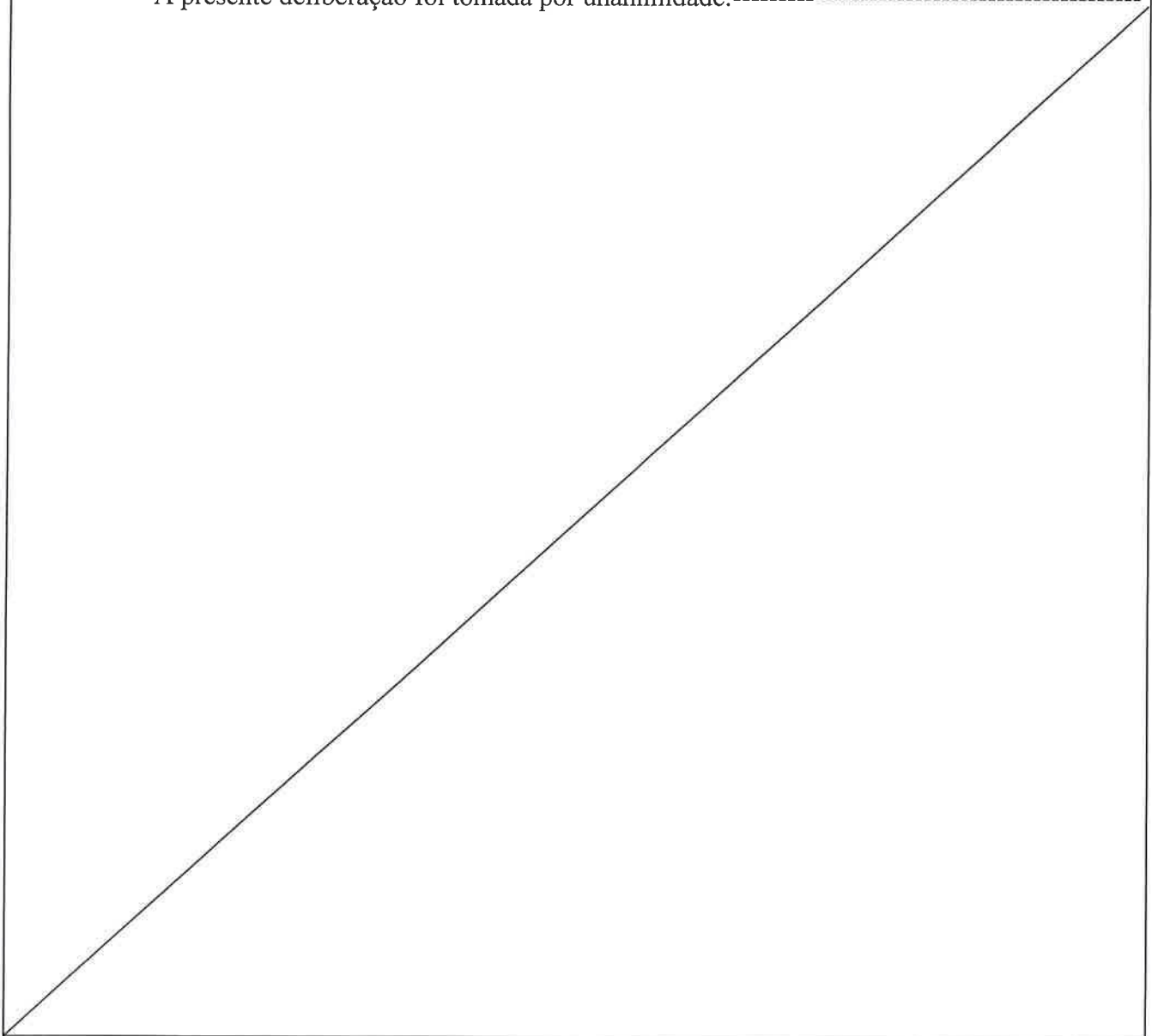




Anexa-se um exemplar da proposta de 2ª alteração ao referido Plano de Pormenor à presente ata, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma. -----

Após discussão, a câmara municipal deliberou, por votação nominal, aprovar a proposta de 2ª alteração do Plano de Pormenor da Quinta de Geão e submeter a mesma a discussão pública pelo período de 20 dias. -----

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.-----





**5. PROPOSTA REFORMULADA DE 2ª ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM): APROVAÇÃO PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 86º DO DL 80/2015, DE 14/05.-----**

Presente informação da Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica, de vinte e um do corrente mês de novembro, registada com o número treze mil e trinta e sete, a remeter proposta de 2ª Alteração ao Plano Diretor Municipal, reformulada relativamente à que tinha sido aprovada pela câmara municipal por deliberação de vinte e dois de fevereiro último (item seis da respetiva ata), face ao parecer desfavorável emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, rececionado no município no dia dez de setembro último, registado com o número vinte e quatro mil novecentos e cinquenta e três, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II, constituído por cinco folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----

A reformulação da proposta de 2ª alteração ao Plano Diretor Municipal tem por base a apreciação e considerações sobre o aludido parecer, conforme documento que igualmente se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III, constituído por duas folhas, que, de igual modo, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião, mantendo, no entanto, a sua conformidade com os Termos de Referência anexos à deliberação da câmara municipal de vinte e três de junho de dois mil e dezasseis, que determinou a sua elaboração. -

Face ao teor dos aludidos documentos, pelo senhor presidente da câmara foram apresentadas as seguintes propostas: -----

A) Que a câmara municipal deliberasse aprovar a referida proposta de 2ª alteração ao Plano Diretor Municipal e remeter a mesma à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, para efeitos do n.º 3 do artigo 86º do Decreto-lei 80/2015, de 14 de maio. -----

A proposta submetida à apreciação da câmara municipal, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV, constituído por dezanove folhas, que, de igual modo, fica rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião, contempla os seguintes elementos: -----

1. Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal; -----  
2. Relatório com a fundamentação técnica da proposta de alteração; -----  
3. Planta com identificação das alterações a introduzir ao PDM; -----  
4. Planta de Ordenamento; -----  
5. Planta de Condicionantes; -----  
6. Planta de Condicionantes – Riscos; -----

B) Que a câmara municipal delibere prorrogar o prazo de elaboração da proposta de 2ª alteração ao Plano Diretor Municipal até 23 de junho de 2019. -----

C) Que a câmara municipal, face à fundamentação constante da aludida informação técnica, e ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 141º do Decreto-Lei acima referido, deliberasse propor à assembleia municipal a prorrogação do prazo de suspensão do Plano de Pormenor da Zona das Rãs e das respetivas medidas preventivas, aprovada pela assembleia municipal por deliberação de 23 de fevereiro de 2017 (item da respetiva ata), até 23 de junho de 2019.-----

Após discussão, as propostas foram submetidas a votação nominal, tendo sido aprovadas por unanimidade. -----

**6. EXPROPRIAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DESTINADA À EXECUÇÃO DA OBRA "LIGAÇÃO DE ARRUAMENTO DA COMUNIDADE CIGANA À TRAVESSA DO ARQUINHO" - RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAR (PARCELA 3). -----**

Presente informação da Divisão Jurídica, de vinte e dois do corrente mês de novembro, registada com o número treze mil e noventa e sete, a comunicar que para a execução dos trabalhos da obra acima identificada, para além da parcela de terreno já adquirida pela via do direito privado (parcela 1) e das parcelas relativamente às quais foi possível chegar a acordo com os respetivos proprietários (parcelas 2A, 2B e 2C) é ainda necessária outra parcela de terreno, identificada na respetiva planta cadastral com o número 3, mostrando-se necessário avançar para o processo de expropriação pelo facto de juridicamente não ser possível a aquisição pela via do direito privado, pelas razões indicadas naquela informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

A obra em causa é de relevante interesse municipal, atendendo à necessidade de se criar um arruamento alternativo de acesso ao conjunto habitacional municipal que onde habitam pessoas de etnia cigana (conhecido por Conjunto Habitacional de Argemil), contrariando o efeito de gueto, dado que o arruamento de acesso atualmente existente não tem saída.-----

Este novo acesso permitirá a circulação dos veículos de recolha de resíduos sólidos e o acesso a veículos de emergência em melhores condições. -----

O novo arruamento permitirá, ainda, melhorar a integração social da comunidade cigana, no âmbito do Programa de Apoio à integração de comunidades desfavorecidas (PAICD) que faz parte integrante do PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano). -----

A aquisição da parcela de terreno abaixo descrita é essencial e imprescindível à execução da empreitada, atendendo a que sem a posse administrativa da mesma será difícil garantir o desenvolvimento dos trabalhos sem interrupções. -----



Pelo que, é absolutamente necessário garantir a posse administrativa da dita parcela de terreno; -----

O município tem atribuições no domínio do equipamento urbano (alínea a) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro);-----

Quer a empreitada quer a aquisição dos terrenos necessárias à sua execução constam do Plano Plurianual de Investimentos para o ano em curso, aprovado pela assembleia municipal em catorze de dezembro do ano transato, bem como da proposta do Plano Plurianual de Investimentos para 2019, aprovada pela câmara municipal em reunião extraordinária de vinte e um do corrente mês de novembro (item 1 da respetiva ata), e agendada para a quinta sessão ordinária da assembleia municipal, a realizar nesta data (Objetivo 2.3.2; projeto/ação 10/2016/78);-----

O projeto de execução da referida obra foi aprovado por meu despacho de vinte e um do corrente mês de novembro, proferido no uso da competência delegada que me foi delegada pela câmara municipal (deliberação de vinte e seis de outubro de dois mil e dezassete);-----

Apesar das negociações desenvolvidas com os proprietários conhecidos da parcela de terreno em causa, não é possível, juridicamente, a sua aquisição pela via do direito privado;-----

Como se referiu, a obra em causa é de relevante interesse municipal, sendo urgente assegurar todas as condições para que a mesma se desenvolva sem interrupções, sob pena dos prejuízos inerentes para o município; -----

A urgência da expropriação fundamenta-se ainda na necessidade de comprovação da aquisição dos terrenos necessários à execução da obra no âmbito da candidatura ao PEDU, a apresentar, bem como no disposto no artigo 103º da Lei nº 2010, de 19 de agosto de 1961 e na parte final do nº 1 do artigo 11º do Código das Expropriações;-----

Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 10º do Código das Expropriações e art.º 11º do mesmo Código, solicitou-se a perito da lista oficial que procedesse à avaliação da parcela de terreno a expropriar, sendo que, de acordo com o respetivo relatório de avaliação datado de treze

de outubro findo, junto ao respetivo processo administrativo, a previsão dos encargos a suportar com a expropriação da parcela de terreno a seguir descrita é de 27.500,00 € (vinte e sete mil e quinhentos e euros), valor que se encontra cativo na rubrica orçamental com a classificação económica 02/070101, conforme propostas de cabimento orçamental números 210/2018, de 27 de janeiro, e 2507/2018, de 17 de agosto, e o respetivo compromisso ficou registada no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com os números 3416, 3421, 3422, 3423, 3425, 3426 e 3427, conforme documentos de requisição externa de despesa números 3651 a 3657, de 22/10/2018, respetivamente; -----

Há assim necessidade de se dar início ao processo de expropriação da referida parcela de terreno, tomando-se a resolução de expropriar prevista no art.º 10º do Código das Expropriações aprovado pela Lei 168/99, de 18 de setembro; -----

Face ao exposto, proponho que a câmara municipal, ao abrigo do disposto no referido art.º 10º e art.º 33º, n.º 1, alínea vv), do anexo I da Lei 75/2013, de 12 setembro, delibere requerer ao Ministro competente a declaração de utilidade pública da expropriação da parcela de terreno a seguir descrita e melhor identificadas na planta anexa à presente ata e da qual fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente quatro folha, com caráter de urgência, face à fundamentação atrás referida, solicitando-se autorização para a posse administrativa ao abrigo do disposto no artigo 19º do Código das Expropriações. -----

De harmonia com o Plano Diretor Municipal em vigor, a parcela a expropriar, bem como a sua envolvente próxima, está incluída em solo urbano “Espaço Industrial e estrutura ecológica”. Estas áreas destinam-se essencialmente à implantação de edifícios de caráter industrial, podendo coabitar com as edificações mais ou menos dispersas que se encontram implantadas na zona, essencialmente as de índole habitacional. -----

**Parcelas de terreno a expropriar:** -----

**Parcela 3**





Parcela de terreno com a área de 1.100,00m<sup>2</sup> (mil e cem metros quadrados), sita no Lugar de em Argemil, freguesia União das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães), concelho de Santo Tirso, a confrontar de norte e nascente com Herdeiros de Maria Dias e Manuel Alves da Costa, de sul com Travessa do Arquinho, e de poente com os proprietários, que é a desanexar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o n.º 1732 (mil setecentos e trinta e dois) e inscrito na matriz predial respetiva sob os artigos 2788 (dois mil setecentos e oitenta e oito) (anterior 871) e 2792 (dois mil setecentos e noventa e dois) (anterior 872), sendo a parcela de terreno a desanexar na totalidade do artigo rústico 2788 (dois mil setecentos e oitenta e oito).-----

A parcela de terreno a expropriar é compropriedade de: -----

a) Herdeiros de Amaury Machado da Silva Carneiro, sendo conhecidos os seguintes: ----

- Olga Pizarro de Almeida Machado, viúva, residente na Rua Bento Júnior, n.º 117, 1.º dto., Porto;-----

- Olga Maria de Almeida Machado, solteira, maior, residente na Rua Bento Júnior, n.º 117, 1.º dto., Porto;-----

- Maria Augusta Pizzaro de Almeida Machado, separada judicialmente, residente na Rua Gil Eanes, n.º 185, 4.º Esq., São Mamede de Infesta. -----

b) Herdeiros de Maria Etelvina Machado Monteiro Bastos Pires de Lima, sendo conhecidos os seguintes: -----

- Augusto José Bastos Pires de Lima, casado no regime de separação de bens, residente na Av. da Boavista, n.º 1527, 4.º dto., Porto; -----

- Maria Teresa Bastos Pires de Lima Guerreiro, casada com António Manuel de Mendonça Guerreiro, residente na Rua João de Deus, n.º 103, R/C, Dto., Porto. -----

c) Herdeiros de Orlando Machado da Silva Carneiro, sendo conhecidos os seguintes:-----

- Maria Antónia Rodrigues Machado Correia, casada com Pedro Manuel de Castro

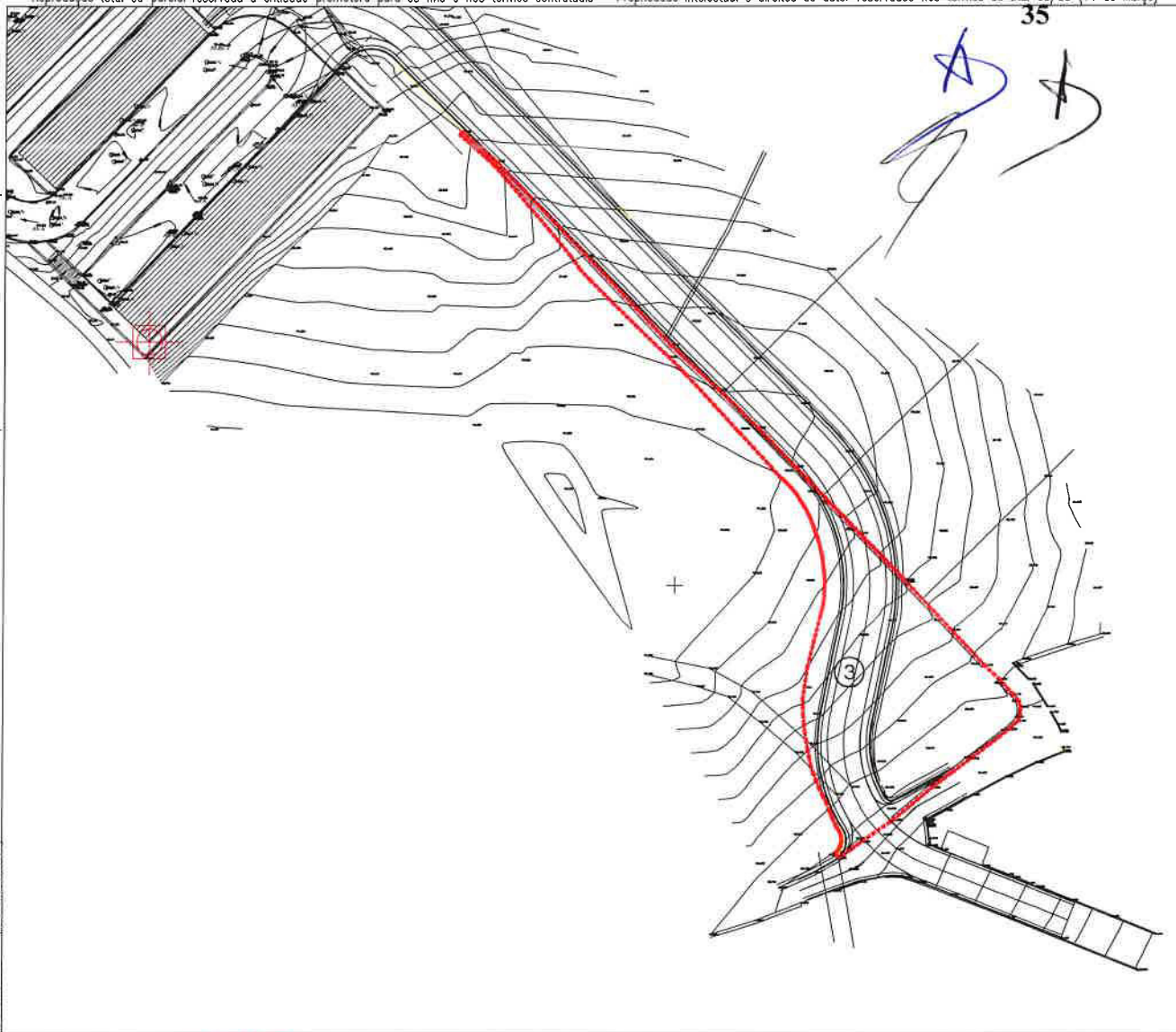


Santarém Correia, residente na Praça Nove de Abril, nº 175, 1º Dto., Porto; -----

- Manuela Maria Rodrigues Machado, casada com José António Martins Soares,  
residente na Rua da Vessadinha, nº 60, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso. -----

Anexam-se ainda à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo as  
folhas trinta e uma a trinta e sete da mesma, extratos das Plantas de Ordenamento, Condicionantes e  
Condicionantes – Riscos do Plano Diretor Municipal em vigor. -----

Após discussão, a proposta foi submetida a votação nominal, tendo sido aprovada por  
unanimidade. -----



### Parcela 3

**Proprietário:** Herd. de Orlando Machado da Silva Carneiro  
Herd. de Amaury Machado da Silva Carneiro  
Herd. de Maria Etelvina Machado Monteiro Bastos Pires de Lima

**Área:** 1100.00m<sup>2</sup>

**Confrontações:**

**Norte:** Herd. de Maria Dias; Manuel Alves da Costa

**Sul:** Travessa do Arquinho

**Nascente:** Herd. de Maria Dias

**Poente:** Próprio



**Coordenada Retangular**  
Origem Datum 73

(valores expressos em metros)

X = -30606.343

Y = 186931.581



**Departamento de Urbanismo e Ambiente**

**Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica**

**ACESSO AO CONJUNTO HABITACIONAL DE ARGEMIL**

Planta Cadastral - Parcela 3

União de freguesias de Santo Tirso, Couto ( S. Cristina e S.Miguel ) e Burgães

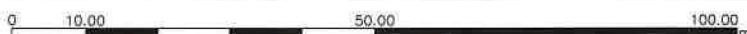
**Autor**  
Jaime Carneiro

**Rubrica do autor**

**Colaboradores**

**Coordenador**

Escala: 1/1000



**Referência**

**SGD**

**Registo**

**Substitui**

**Substituído**

**Data**

**Folha**

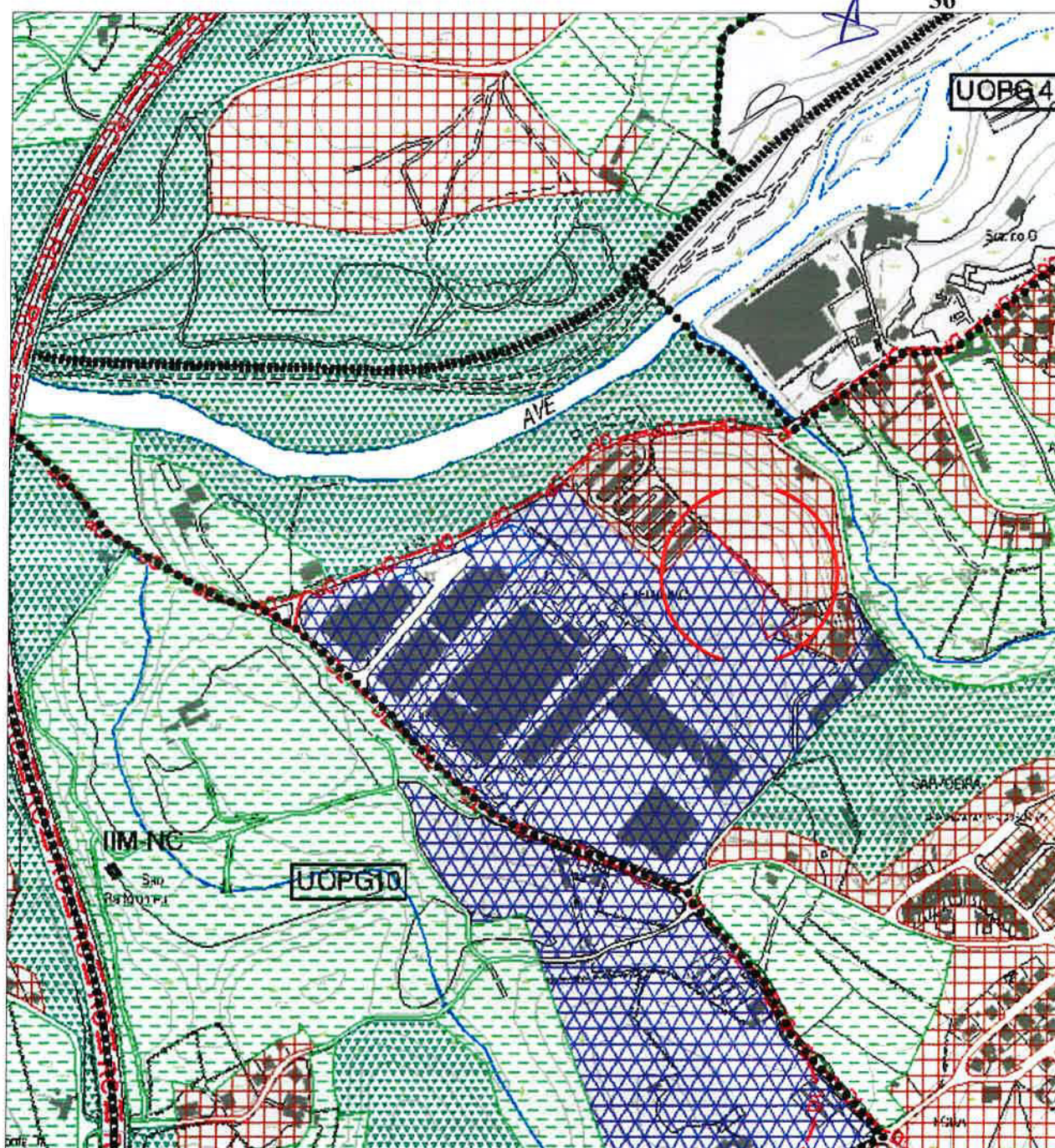
Maio 2018

**05**



M.098GR





## EXTRATO DA PLANTA DE ORDENAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Autor  
Jaime Carneiro

Rubrica do autor

Colaboradores

Coordenador

Escala: 1/10 000



Entidade proprietária da cartografia  
Câmara Municipal de Santo Tirso

Entidade Produtora  
ARTOP

Data edição  
31/09/2000

Série cartográfica oficial  
Não aplicável

Homologação oficial  
IGP - 21 Maio 2004

Sistema de projeção  
Hayford Gauss

Datum  
Datum 7

Projeção Cartográfica  
Gauss

Exatidão posicional e temática  
Planimetria  $\leq 1\text{m}$  /  $\leq 1:15\text{m}$

## Referência

SGD

Registo

Substitui

Substituído

Data

Folha

SISTEMA CERTIFICADO  
**eic**  
**ISO 9001**  
certificação  
acreditada  
— IBOC —

M.012DAP

Setembro 2018



# LEGENDA DA PLANTA DE ORDENAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

## CLASSIFICAÇÃO DO SOLO URBANO:

		Espaço Habitacional Tipo I / Espaço Habitacional Tipo I + Estrutura Ecológica
		Espaço Habitacional Tipo II / Espaço Habitacional Tipo II + Estrutura Ecológica
		Espaço Habitacional Tipo III / Espaço Habitacional Tipo III + Estrutura Ecológica
		Espaço Habitacional Tipo IV / Espaço Habitacional Tipo IV + Estrutura Ecológica
		Espaço Industrial / Espaço Industrial + Estrutura Ecológica
		Espaço de Equipamento / Espaço de Equipamento + Estrutura Ecológica
		Espaço Verde Urbano / Espaço Verde Urbano + Estrutura Ecológica
		Espaço de Turismo Residencial / Espaço de Turismo Residencial + Estrutura Ecológica

## CLASSIFICAÇÃO DO SOLO RURAL:

		Espaço de Indústria Extrativa / Espaço de Indústria Extrativa + Estrutura Ecológica
		Espaço Florestal Principal / Espaço Florestal Principal + Estrutura Ecológica
		Espaço Florestal Multifuncional / Espaço Florestal Multifuncional + Estrutura Ecológica
		Espaço Agrícola / Espaço Agrícola + Estrutura Ecológica

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

## UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO:

	Limite UOPG		Limite SUB-UOPG
	Área de Urbanização Especial / Área de Urbanização Especial + Estrutura Ecológica		

<b>UOPG 1</b>	Plano de Pormenor da Zona Industrial de Fontiscos	<b>UOPG10.1</b>	Via do Trabalho Norte, Santo Tirso
<b>UOPG 2</b>	Plano de Pormenor da Quinta de Geão	<b>UOPG10.2</b>	Via do Trabalho Sul, Santo Tirso e S. C. do Couto
<b>UOPG 3</b>	Plano de Pormenor da Zona das Rás	<b>UOPG11</b>	Agrela / Água Longa
<b>UOPG 4</b>	Plano de Urbanização das Margens do Ave	<b>UOPG12</b>	Rebordões Norte
<b>UOPG 5</b>	Verdeal, Vila das Aves	<b>UOPG13</b>	Alto do Sobrado, Vila das Aves
<b>UOPG 6</b>	Caldas da Saúde, Areias	<b>UOPG14</b>	Golfe Pizão, Água Longa
<b>UOPG 7</b>	S. Martinho do Campo	<b>UOPG15</b>	Guimarei - Centro
<b>UOPG 8</b>	Santo Tirso - Centro da Cidade	<b>UOPG16</b>	Frente Ribeirinha do Rio Vizela, Vila das Aves
<b>UOPG 9</b>	Juncal, Santo Tirso		

## IMÓVEIS DE INTERESSE MUNICIPAL NÃO CLASSIFICADOS:

<b>IIM - NC</b>		Imóveis e Conjuntos		<b>IIM - NC</b>	Sítios Arqueológicos
-----------------	--	---------------------	--	-----------------	----------------------

## REDE VIÁRIA

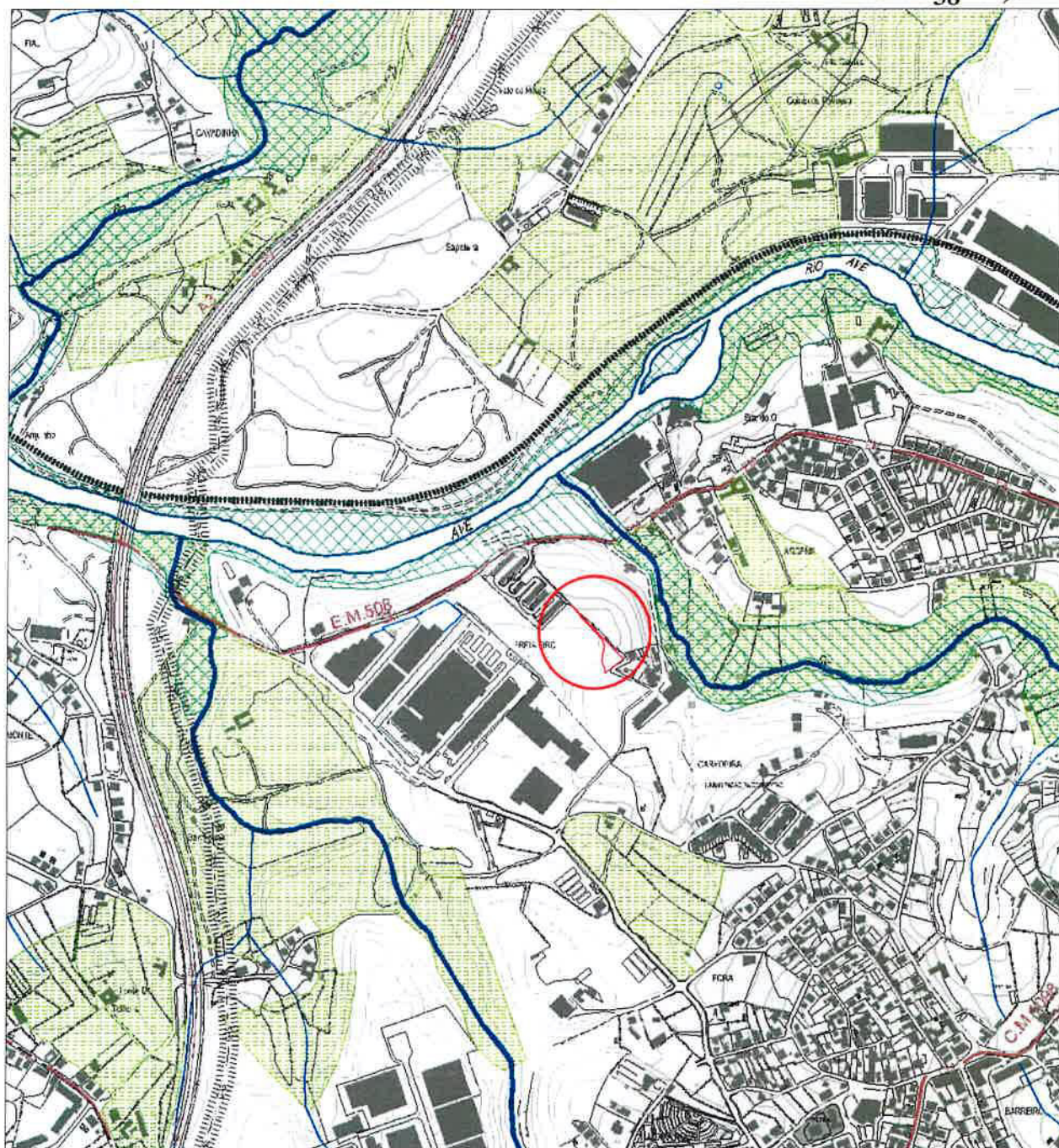
<b>Rede Coletora:</b>		<b>Distribuidora Local:</b>	
	Existente		Existente
	Proposta		Proposta
<b>Distribuidora Principal:</b>		<b>Local:</b>	
	Existente		Proposta
	Proposta		

## REDE FERROVIÁRIA

Existente

LIMITE DE CONCELHO





SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

## Departamento de Urbanismo e Ambiente

### Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

#### EXTRATO DA PLANTA DE CONDICIONANTES DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

##### ACESSO AO CONJUNTO HABITACIONAL DE ARGEMIL

Autor Jaime Carneiro	Rubrica do autor	Colaboradores	Coordenador
-------------------------	------------------	---------------	-------------

Escala: 1/10 000	0	100	500	1 000 m
------------------	---	-----	-----	---------

Entidade proprietária da cartografia Câmara Municipal de Santo Tirso	Entidade Produtora ARTOP	Data edição 31/09/2000	Série cartográfica oficial Não aplicável	Homologação oficial IGP - 21 Maio 2004
Sistema de projeção Hayford Gauss	Datum Datum 73	Projeção Cartográfica Gauss	Exatidão posicional e temática Planimetria $\leq 1m / < 1.15m$	

Referência	SGD	Registo	Substitui	Substituído	Data	Folha
					Setembro 2018	



M.014DAP



RECURSOS HÍDRICOS:

 Linhas de Água do Domínio Hídrico

RECURSOS GEOLÓGICOS:

 Pedreiras (nº de licença)

Perímetro de Protecção das Termas das Caldas da Saúde (HM-44) - Portaria n.º 80/2008:

 Zona Imediata

 Zona Intermédia


 Zona Alargada

RESERVAS NACIONAIS:


 Reserva Agrícola Nacional (RAN)


Reserva Ecológica Nacional (REN):

 Zonas ameaçadas pelas cheias


 Áreas de máxima infiltração

 Cabeceiras de linhas de água

 Áreas com riscos de erosão

 Leitos dos cursos de água da REN

ESPÉCIES LEGALMENTE PROTEGIDAS:

 Povoamento de sobreiros (*Quercus suber*)

RUÍDO :

 Zonas Sensíveis

 Zonas Mistas

INFRA-ESTRUTURAS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE :

 A3-IP1 Itinerário Principal (A3)

 A41-IC24 Itinerário Complementar (IC24)

 EN Outras Estradas (EN105, EN104, EN204)

 ER Estradas Regionais (ER207, ER319)

 EM Estradas Municipais

 CM Caminhos Municipais


 Zona de servidão non aedificandi da variante à EN14

 Linha Férrea

INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS :

 Linhas de Alta Tensão

 GAS Gasoduto - traçado

 R Reservatório

CARTOGRAFIA :

 Marcos Geodésicos

 LIMITE DO CONCELHO

IMÓVEIS CLASSIFICADOS E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO:

XX MN

 Monumento Nacional (MN)

XX IIP

 Imóvel de Interesse Público (IIP)

XX ivc

 Imóvel em vias de classificação (ivc)

XX ivr

 Imóvel em vias de reclassificação (ivr)

01 IIP

 Casa do Mosteiro, Roriz, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto Nº 28/82 de 26-2

02 IIP

 Casa e Quinta de Diniz de Cima, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto Nº 1/86 de 3-1

03 IIP

 Casa e Quinta de Diniz de Baixo, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto Nº 45/93 de 30-11

04 IIP

 Castro de Santa Margarida, Negrelos (S. Tomé) Santo Tirso, Porto IIP, classificado através do Decreto Nº 29/90 de 17-07

05 MN

 Castro do Monte Padrão - Monte Córdova Monte Córdova, Monte Córdova, Santo Tirso, Porto MN, Decreto de 16-06-1910; Decreto Nº 38491 de 6-11-1951 ZEP, Portaria n.º 372/2011, DR N.º 35, 2ª série, de 18-02-2011

06 IIP

 Conjunto formado pelo edifício da Serra Hidráulica de Pereiras e respectiva máquina, o açude em que está integrada e o canal que a serve Monte Córdova, Santo Tirso, Porto, IIP, Decreto Nº 26 - A/92 de 01-06

07 IIP

 Igreja de S. Miguel Vilarinho, Vilarinho, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto Nº 39175 de 17-4-1953

08 MN

 Igreja de S. Pedro de Roriz Roriz, Roriz, Santo Tirso, Porto MN, Decreto de 16-6-1910

09 IIP

 "Loggia" quinhentista e Capela manuelina da Igreja de S. Tomé de Negrelos. S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto Nº33587 de 27-3-1944

10 MN

 Mosteiro de Santo Tirso (São Bento) Santo Tirso, Santo Tirso, Porto, MN, Decreto de 16-6-1910; Decreto Nº 38491 de 6-11-1951; Decreto Nº 28/82 de 26-2

11 IIP

 Pintura a Fresco da capela-mor da Igreja de Santa Maria de Negrelos, Santa Maria de Negrelos, Roriz, Santo Tirso, Porto IIP, Decreto n.º 41 191, DG 162 de 18 de Julho de 1957

12 IVC

 Capela de Santa Cruz Santa Cruz, Burgães, Santo Tirso, Porto IVC, Despacho da Secretaria de Estado da Cultura de 27. 12. 1979; Despacho de 31 de Janeiro de 1980

 Limite do Monumento

 Zona de Protecção (ZP = 50 metros)

 Zona Especial de Protecção (ZEP)

ÁRVORES DE INTERESSE PÚBLICO :



Árvores Isoladas de Interesse Público:

1 - *Quercus robur* L.- Valinhas (junto à capela), Monte Córdova (Diário da República, II Série, n.º 119, de 23/05/1940)

2 - *Camellia japonica* L.- Cemitério da Agrela (Diário da República, II Série, n.º 81, de 07/04/1997)

3 - *Quercus robur* L.- Lugar da Carvalheira, Burgães (Diário da República, II Série, n.º 193, de 22/08/1997)

4 - *Quercus robur* L.- Lugar da Carvalheira, Guimarei (Diário da República, II Série, n.º 66, de 19/03/2001)

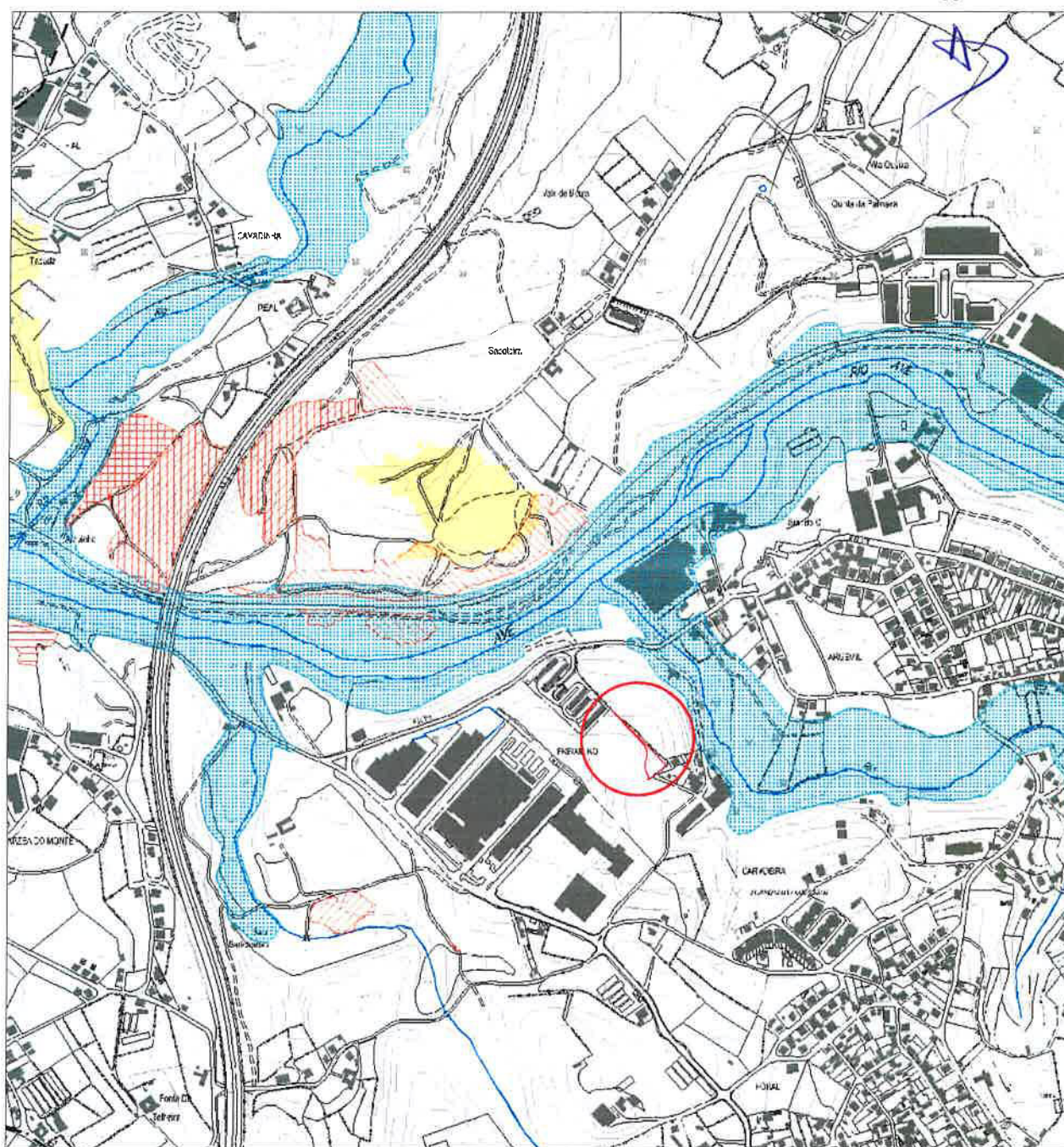


Conjunto de Árvores de Interesse Público

5 - *Platanus hybrida* BROT. - Alameda (Junto à ponte sobre o rio Ave) - Santo Tirso (Diário da República, II Série, n.º 118, de 22/05/1940)

6 - *Platanus spp.* - Maciço Arbóreo constituído por 4 plátanos - S. Miguel do Couto (Diário da República, II Série, n.º 54, de 04/03/2000)

 Zona de Protecção (ZP = 50 metros)



## Departamento de Urbanismo e Ambiente

### Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

EXTRATO DA PLANTA DE CONDICIONANTES - RISCOS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

#### ACESSO AO CONJUNTO HABITACIONAL DE ARGEMIL

Autor Jaime Carneiro		Rubrica do autor		Colaboradores		Coordenador	
<div>Escala: 1/10 000</div> <div><div>0</div><div>100</div><div>500</div><div>1 000</div><div>m</div></div>							
Entidade proprietária da cartografia Câmara Municipal de Santo Tirso		Entidade Produtora ARTOP		Data edição 31/09/2000		Série cartográfica oficial Não aplicável	
						Homologação oficial IGP - 21 Maio 2004	
Sistema de projeção Hayford Gauss		Datum Datum 73		Projeção Cartográfica Gauss		Exatidão posicional e temática Planimetria $\leq 1m / < 1,15m$	
Referência		SGD		Registo		Substitui	
						Substituído	
						Data	
						Setembro 2018	
						Folha	



M.016DAP











41

# LEGENDA DA PLANTA DE CONDICIONANTES - RISCOS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL


## ÁREAS PERCORRIDAS POR INCÊNDIO

Para efeito da restrição prevista no DL 327/90, alterado pelo DL 55/2007

	2007
	2008
	2009
	2010
	2011
	2012
	2013
	2015

## ÁREAS DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL DAS CLASSES ALTA OU MUITO ALTA

Para efeito das restrições previstas no artigo 16º do DL 124/2006, alterado pelo DL 17/2009

	Classe alta ou muito alta
---	---------------------------

## ÁREAS INUNDÁVEIS

	Limite de Cheia com período de retorno de 100 anos - n.º 7 do art.º 40 da Lei 58/2005
---	---

## SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS - DIRETIVA SEVESO



Instalação de armazenagem de gás - Alvará nº 3038/P de 27/03/2006

## EXPLOSIVOS (zona de Segurança):



Edifícios de armazenagem e fabrico de produtos explosivos

P2: Processo nº 870/04 - Alvará 427 de 03/06/2005

P1: Processo nº 1089/202 - Licença de utilização 403 de 17/11/2003

	Zona de segurança
---	-------------------

	LIMITE DE CONCELHO
---	--------------------



## **7. PROPOSTA DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL (CANIL/GATIL) MUNICIPAL DE SANTO TIRSO: APROVAÇÃO**

Presente informação de nove de outubro findo, dos Serviços Urbanos, registada com o número doze mil e oitenta e sete, a comunicar, na sequência da deliberação da câmara municipal de doze de julho último (item três da respetiva ata), o resultado da discussão pública relativa ao projeto do Regulamento Municipal acima referido, do qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma, constituído por catorze folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião. -----

Conforme consta da referida informação, no período de discussão pública não foram apresentadas quaisquer reclamações/sugestões relativas ao projeto do referido Regulamento. -----

Relativamente ao projeto de Regulamento aprovado pela aludida deliberação da câmara municipal de doze de julho último foi alterada a epígrafe do artigo 6º, no sentido de que *onde se lia* “Competências” *fica a constar* “Funções” e foi aditado o artigo 26º com a epígrafe “Competências”, com a seguinte redação “As competências da câmara municipal previstas no presente regulamento bem como as demais previstas na legislação aplicável no âmbito da execução do presente regulamento, são delegadas no presidente da câmara municipal, podendo ser subdelegadas no vereador da área de gestão municipal respetiva ou no pessoal dirigente”. -----

As alterações introduzidas, face à sua natureza, não implicam nova discussão pública do Regulamento. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com a sua competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse: -----

A) Propor à assembleia municipal a aprovação do Regulamento de Funcionamento do Centro de Recolha Oficial (Canil/Gatil) Municipal de Santo Tirso, para entrar em vigor no 5º dia posterior ao da sua publicação no Diário da República; -----



B) Ao abrigo da norma de habilitação prevista no artigo 34º da mesma Lei, delegar no presidente da câmara as competências da câmara municipal previstas no referido Regulamento bem como as demais previstas na legislação aplicável no âmbito da sua execução, com a possibilidade da sua subdelegação em vereador ou pessoal dirigente, nos termos legalmente previstos.” -----

As propostas, submetidas a votação nominal, foram aprovadas por unanimidade. -----





**8. PROPOSTA DE 1ª ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A DE FREGUESIA DE VILA DAS AVES, TENDO POR OBJETO A CEDÊNCIA DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE PRÉDIO URBANO DO MUNICIPIO (EXTINTA ESCOLA DE CENSE). -----**

Presente informação da Divisão de Educação, de vinte e dois do corrente mês de Novembro, registada com o número doze mil quinhentos e setenta e dois, a propor a alteração da redação da alínea a) da cláusula terceira do Protocolo celebrado entre o município e a freguesia de Vila das Aves, no dia vinte e três de fevereiro de dois mil e dezasseis, a estabelecer as condições de cedência gratuita do direito de utilização do prédio urbano do município, sito no Lugar de Cense, da freguesia de Vila das Aves, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 4127 (quatro mil cento e vinte e sete e inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 3715 (três mil setecentos e quinze), - (edifício onde funcionou a extinta escola básica de Cense) - cujo direito de utilização gratuita tem por objeto o desenvolvimento de atividades a dinamizar pela Universidade Sénior de Vila das Aves. -----

A alteração proposta é apresentada na sequência de pedido da junta de freguesia de Vila das Aves no sentido de utilizar o edifício não só para atividades a realizar pela Universidade Sénior, mas também para a realização de outras atividades de natureza social, cultural e recreativa de interesse para a freguesia. -----

Aproveita-se ainda esta proposta de alteração para se proceder à identificação jurídica do prédio em causa, que à data da celebração do aludido Protocolo ainda não estava registado na Conservatória do Registo Predial em nome do município. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse propor à assembleia municipal a alteração ao aludido Protocolo, nas condições constantes da minuta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VI da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----





Após discussão do assunto, a proposta foi submetida a votação nominal, e foi aprovada com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista e três abstenções, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP.

Pelo senhor vereador Carlos Alberto Carvalho Fernandes foi proferida a seguinte declaração de voto: -----

“O presidente da junta de freguesia de Vila das Aves, senhor Joaquim Faria, vem propor alteração ao Protocolo celebrado entre o município e a Freguesia de Vila das Aves, relativo ao direito de utilização do edifício da extinta escola de Cense, celebrado em 23 de fevereiro de 2016, com a anterior presidente de junta, Dr.<sup>a</sup> Elisabete Faria. -----

Nos considerandos apresentados no respetivo documento agora apresentado para despacho, ficamos a saber que a junta de freguesia atual mostrou interesse em ocupar as instalações da extinta escola básica de Cense com a dinamização de outras atividades não afetas à Universidade Sénior, como por exemplo atividades de natureza social, cultural e recreativas de interesse para a freguesia. Ou seja, no fundo, apenas vemos aqui mais uma intenção de reversão de um período autárquico recente por parte do atual presidente de junta de Vila das Aves, a exemplo de outras atitudes já assumidas ao longo deste seu primeiro ano de mandato, mas que neste caso concreto não deixa de ser apenas um *faits divers*, pois as alterações pretendidas são apenas e só para tirar à Universidade Sénior o “exclusivo” da gestão dos espaços da antiga Escola de Cense.-----

Também lamentamos que o presidente da junta de freguesia de Vila das Aves venha propor uma alteração ao Protocolo sem nunca ter falado com alunos e professores da Universidade Sénior sobre esta sua intenção. Só esperamos que com esta alteração a Universidade Sénior não venha a regredir a sua atividade, ou venha mesmo a encerrar a sua atividade em Vila das Aves.” -----

**9. REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE FESTAS DE SANTO ANDRÉ - VILA DAS AVES - PEDIDO DE SUBSÍDIO. -----**

Presente ofício da Comissão de Festas de Santo André - Vila das Aves, de doze de outubro findo, enviado por correio eletrónico da mesma data, registado com o número vinte e nove mil setecentos e setenta e um, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de Santo André, que decorrem de trinta do corrente mês de novembro a dois do próximo mês de dezembro. -----

Do expediente consta informação da Divisão de Património e Museus, de dezassete de outubro findo, registada com o número onze mil seiscentos e setenta e oito, a propor a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as referidas festas. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho; -----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que aqui se deslocam por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada; -----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 200,00 € (duzentos euros) à Comissão de Festas de Santo André – Vila das Aves, para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de Santo André. ----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 3322/2018.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 3560/2017, conforme documento de requisição externa de despesa número 3806/2018, de nove do corrente mês de novembro. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

**10. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO CELEBRADO COM O FUTEBOL CLUBE DE VILARINHO.-----**

Presente ofício do Futebol Clube de Vilarinho, enviado por correio eletrónico no dia vinte e um do corrente mês de novembro, registado com o número trinta e três mil novecentos e sessenta e nove, a solicitar o reforço da comparticipação financeira prevista na cláusula segunda do contrato-programa de desenvolvimento desportivo celebrado no dia dois de março último, cuja minuta foi aprovada por deliberação da câmara municipal de vinte e dois de fevereiro último (item 16 da respetiva ata). -----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número treze mil cento e dezoito, de vinte e dois do corrente mês de novembro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito: -----

Considerando que o Futebol Clube de Vilarinho tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada pelo município ao sítio institucional na internet do Serviço de Segurança Social Direta, no dia vinte e três do corrente mês de novembro, cuja informação assim obtida é válida por seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme consulta efetuada pelo município, na mesma data, ao sítio institucional na internet da Autoridade Tributária e Aduaneira, cuja informação assim obtida é igualmente válida por seis meses; -----

Considerando que se tem por fundamentado o pedido de reforço da comparticipação financeira, no montante de 6 000,00 € (seis mil euros), devido ao aumento do número de equipas inscritas no campeonato sénior elite da Associação de Futebol do Porto e ao aumento de despesas com a participação na Taça da mesma Associação; -----



49

Considerando a competência prevista na alínea o) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir um reforço da comparticipação financeira prevista no aludido contrato-programa, no montante de 6.000,00 € (seis mil euros), alterando, consequentemente, as cláusulas primeira, segunda e terceira daquele contrato-programa, nos termos da minuta de documento de alteração que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VII da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----

O montante da comparticipação financeira agora atribuída pelo município é assegurado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 3457/2018. -----

O compromisso inerente à atribuição da referida comparticipação financeira está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3650/2018, conforme documento de requisição externa de despesa n.º 3927/2018, de vinte e três do corrente mês de novembro. -----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do n.º 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

Após discussão, e votação nominal, a câmara municipal deliberou, por unanimidade, reforçar o montante da comparticipação financeira prevista no aludido contrato-programa, nos termos da minuta anexa. -----

**11 - REQUERIMENTO DA SOCIEDADE ROTA PRÓPRIA - HOTELARIA E IMOBILIÁRIA, LDª – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO – PROCESSO 37/18 –LLOT -----**

Presente requerimento de treze do corrente mês de novembro, da sociedade comercial por quotas denominada Rota Própria – Hotelaria e Imobiliária Lda, com sede na Avenida de Londres, Praça Londrina, Bloco 3, 1º, sala 1, freguesia de Creixomil, concelho de Guimarães, registado com o número trinta e dois mil novecentos e oito, a solicitar a isenção do pagamento da Taxa Municipal de Urbanização, com a fundamentação constante daquele requerimento, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais, e ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 3º do Regulamento da Taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas. -----

A taxa Municipal de Urbanização a pagar, liquidada no montante de 54 784,80€ (cinquenta e quatro mil setecentos e oitenta e quatro euros e oitenta cêntimos) diz respeito à operação de loteamento a levar a efeito pela requerente, que se situa na Rua Comendador António Maria Lopes, nº 17, da cidade de Santo Tirso. -----

Do expediente consta informação da Divisão de Licenças e Urbanismo, de dezanove do corrente mês de novembro, cujo teor se dá aqui por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, designadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, sendo de realçar que a intervenção em causa vem reforçar a estratégia de Reabilitação Urbana do PARU (Programa de Ação de Regeneração Urbana), contribui para as prioridades e objetivos da ORU, enquadra-se e vem permitir o desenvolvimento de projetos municipais, nomeadamente a ampliação do Parque Urbano de Geão e a implementação do Plano de Mobilidade Sustentável. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, face à fundamentação atrás referida, deliberasse reconhecer o especial interesse social e coletivo do projeto relativo à referida operação urbanística, a levar a efeito pela requerente, e reduzir em 50% o montante da Taxa Municipal de Urbanização a pagar, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 3º do Regulamento da Taxa pela Realização de Infraestruturas Urbanísticas. -----



Reunião : ORDINÁRIA

Após discussão, a proposta foi submetida a votação nominal, tendo sido aprovada por unanimidade. -----



**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----

Findo o período da ordem do dia, o senhor presidente, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 49º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 14º do regimento da câmara municipal, abriu um período para intervenção do público assistente a esta reunião.-----

Apesar de não haver inscrições para intervenção, conforme previsto no n.º 5 do referido artigo 14º, o senhor presidente da câmara, ao abrigo do n.º 6 do mesmo artigo, autorizou a intervenção dos presentes que o quisessem fazer.-----

Interveio a senhora Maria Amélia da Silva Mendes, residente na Rua Padre José da Costa Maia, n.º 165, Santa Cristina do Couto.-----

Disse não concordar com o teor de uma carta que recebeu do município em resposta a um abaixo-assinado que foi apresentado sobre a existência de barulho nas imediações da Pedra do Couto.

O senhor presidente esclareceu que a resposta dada pela câmara teve em consideração os vários pareceres que foram dados pelos serviços sobre o assunto em causa.-----

Reunião : ORDINÁRIA

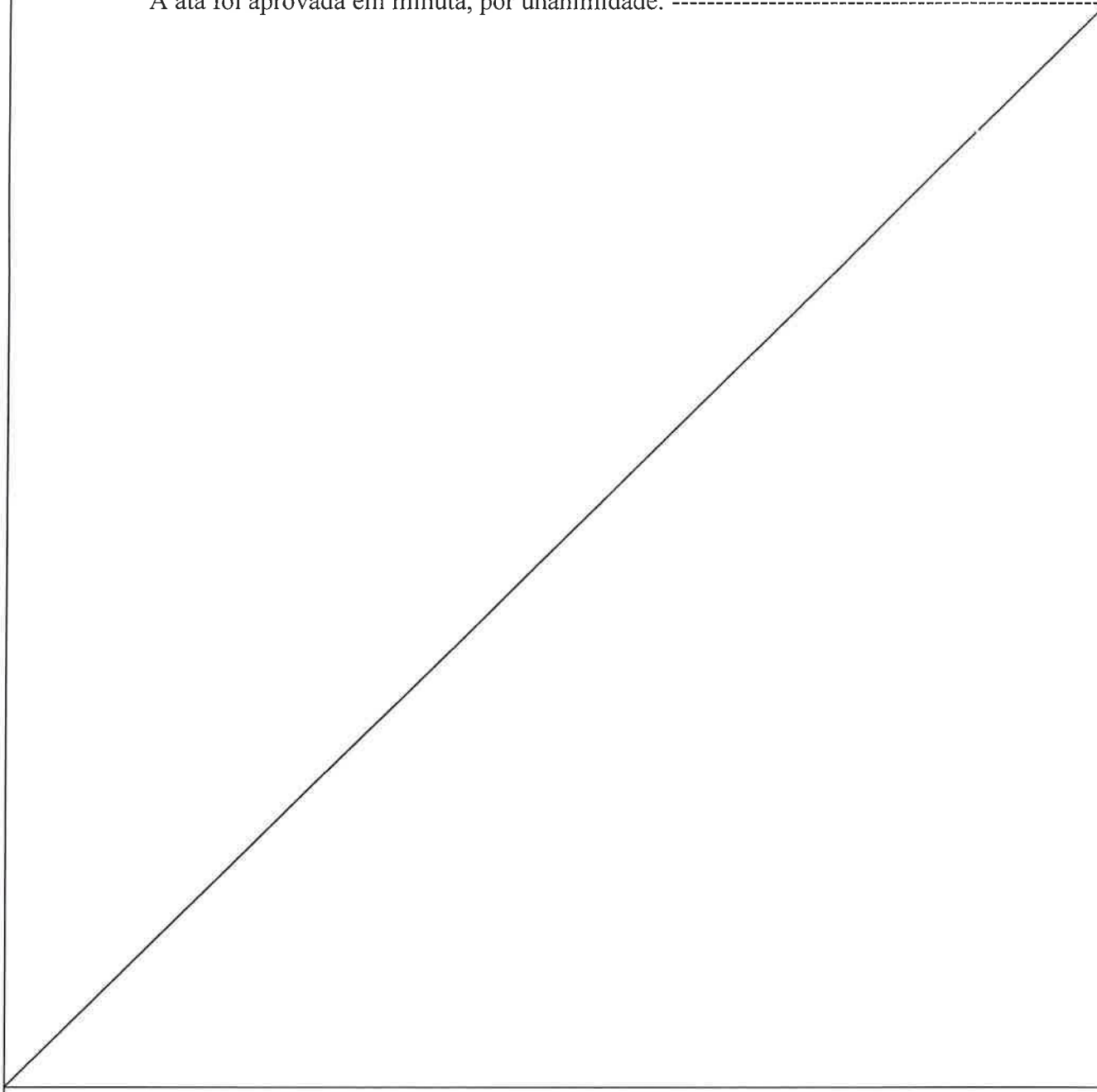


Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 23 Fl. 53  
29 de novembro de 2018

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** No final e depois de lida a presente ata, o senhor presidente propôs a aprovação da mesma ata em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

A ata foi aprovada em minuta, por unanimidade. -----





**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada eram: Quinze horas e cinquenta e cinco minutos. -----

E para constar se lavrou a presente minuta da ata que tem cinquenta e quatro folhas, e sete documentos anexos (anexo I, relativo ao item quatro; anexos II, III e IV, relativos ao item cinco; anexo V, relativo ao item sete; anexo VI, relativo ao item oito; e anexo VII, relativo ao item dez) apenas utilizadas no anverso, que eu

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

**APROVAÇÃO DA ATA.**-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 13 / 12 / 2018, conforme consta do item um da respetiva minuta (folhas Seis ).-----

A Secretária,